

NUTRIPLANT INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

C.N.P.J. 51.128.999/0001-90

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social a industrialização, a comercialização, a importação e a exportação de micronutrientes e produtos intermediários para fertilizantes.

1.1 Continuidade Operacional

Em 29 de setembro de 2017 os administradores da Companhia aprovaram o protocolo de pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial. Em 02 de outubro de 2017 a Companhia ajuizou o pedido de Recuperação Extrajudicial (“REJ”) na Comarca de Barueri, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05. Na mesma data a Companhia emitiu Fato Relevante comunicando seus acionistas e o mercado em geral sobre o pedido de homologação do plano de REJ. Houve a ratificação do plano de REJ apresentado pela Companhia em AGE realizada em 18 de outubro de 2017.

Em 19/06/2018 o juízo prorrogou o “*stay period*”, suspendendo todas as execuções relativas aos créditos sob efeitos da recuperação extrajudicial por um período adicional de 180 dias com o objetivo concluir o processo neste prazo. O prazo para impugnação dos valores dos créditos pelos credores se encerrou e a administradora judicial OnBehalf Auditores e Consultores foi chamada pelo juízo a manifestar-se sobre as impugnações de certos credores com relação aos valores relacionados no quadro geral de credores e com relação a aprovação do plano de recuperação.

No dia 01 de novembro de 2018 o plano de REJ proposto pela Companhia foi homologado, conforme decisão judicial proferida pela 5ª Vara Cível da Comarca de Barueri/SP. O plano contou com a adesão de credores que representam 66,37% dos créditos quirografários sem aval, conforme relatório juntado pela administradora judicial. No dia 05 de novembro de 2018 a Companhia emitiu Fato Relevante comunicando seus acionistas e o mercado em geral sobre a sentença de homologação do plano de REJ.

Em função da homologação e definição do cronograma de pagamentos dos credores da Recuperação Extrajudicial, a Companhia ajustou a valor presente o total da dívida reconhecendo contabilmente em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 29.537 na controladora e R\$ 52.334 no consolidado.

A Companhia entende que sua função social e o estímulo à atividade econômica estão preservados, e a REJ atenderá de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas, o que garantirá a segurança operacional e o compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade que sempre foi reconhecida.

Além destas ações, a Companhia continuará com a estratégia de contenção de gastos, cujos limites estão enquadrados no planejamento orçamentário anual e, também continuará controlando os novos investimentos.

2. Elaboração e preparação das Demonstrações Financeiras

a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à mensuração dos investimentos em controladas, já que no Brasil é pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria a custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de caixa e equivalentes que são mensuradas pelo valor justo através do resultado. Não houve outros resultados abrangentes no exercício divulgado, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente (DRA).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas na nota 3.3.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que passam a ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS). Não houve outros resultados abrangentes no exercício divulgado, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente (DRA). As demonstrações financeiras consolidadas incluem a empresa: Quirios Produtos Químicos Ltda. (vide nota 10).

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

c) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram devidamente aprovadas em reunião da Diretoria em 25 de março de 2020.

d) Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada e são apresentadas em milhares, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras vêm sendo aplicadas de modo consistente para os exercícios apresentados. A Companhia declara que suas demonstrações foram elaboradas utilizando as mesmas práticas contábeis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Apuração do resultado – A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre essas. Os impostos sobre as vendas e descontos são reconhecidos quando há vendas faturadas. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos da transação podem ser mensurados de forma confiável e é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia.

3.2 Transações em moeda estrangeira – São reconhecidas contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

3.3 Estimativas contábeis – Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. A Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações. Essas demonstrações incluem estimativas referentes a valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos contingentes, definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, taxas de juros para refletir o valor presente de ativos e passivos.

3.4 Instrumentos financeiros - A classificação dos ativos financeiros pode ser nas seguintes categorias: Ao valor justo pelo resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros disponíveis para venda. Para os passivos financeiros a classificação pode ser: ao valor justo por meio do resultado e mensurado pelo custo amortizado.

Valor justo pelo resultado: É classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda do curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. A Companhia possui os caixas e equivalentes classificados nessa categoria.

Empréstimos e recebíveis: São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia são as contas a receber de clientes.

Mensurados pelo custo amortizado: São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa – Incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa com, no máximo, 90 dias. Esses investimentos são mensurados a custo mais os rendimentos acumulados que são obtidos.

3.6 Contas a receber de clientes e perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa – As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificados no ativo circulante, caso contrário são classificadas no ativo não circulante. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. As constituições e reversões são demonstradas na rubrica outras despesas e receitas operacionais.

3.7 Estoques – São registrados ao custo médio de aquisição ou produção, sendo ajustados pelo valor realizável líquido, quando inferior ao custo médio.

3.8 Imobilizado - A Companhia e sua controlada adotaram em 1º de janeiro de 2009 a opção do custo atribuído ao seu ativo imobilizado. Anteriormente a esse período, o método utilizado era o de custo de aquisição. Ao adotar o custo atribuído, a Companhia efetuou o levantamento de todos os bens que ainda estão em operação, assegurando que o avaliador destacasse a vida útil remanescente e o valor residual previsto, a fim de estabelecer o valor depreciável e a nova taxa de depreciação na data de adoção inicial. A contrapartida do ajuste foi registrada em conta do patrimônio líquido, denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, reduzido pelo Imposto de Renda diferido passivo. Nos anos subsequentes, parte do saldo dessa conta será periodicamente transferida para lucros acumulados, em montante idêntico à depreciação e às baixas referentes ao ativo imobilizado, objeto de atribuição de novo valor. Esses valores serão adicionados ao lucro líquido para fins de apuração do lucro tributável. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil econômica, conforme os laudos realizados. A média ponderada da vida útil dos ativos está demonstrada a seguir:

	Anos
Máquinas e equipamentos	Entre 2 a 23 anos
Móveis e utensílios	Entre 2 a 18 anos
Veículos	5 anos
Edifícios, construções, instalações e benfeitorias	Entre 10 a 60 anos
Outras imobilizações	Entre 1 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.9 Intangível - Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição reduzido da amortização acumulada e eventual provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*). Os direitos de uso de *software* são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela taxa de 20% ao ano.

O valor do ágio registrado em aquisição de participação societária foi fundamentado com base na expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Esse ágio é decorrente da diferença entre o valor do patrimônio líquido contábil da empresa controlada e o valor justo devidamente avaliado através de laudo emitido por terceiros e fundamentado com base em expectativa de rentabilidade futura, apurado com base na projeção de resultados da respectiva empresa investida, utilizando-se o critério de fluxo de caixa descontado, considerando um período projetivo de dez anos. O ágio não é amortizado pela fundamentação de vida útil infinita, sendo que, anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade do ágio sobre esse investimento, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, principalmente o fluxo de caixa descontado das unidades de negócio da empresa investida, dos quais foi considerada a base para o ágio.

3.10 Investimentos em controlada - são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial a partir da data da aquisição do controle acionário e/ou em cuja participação a Companhia tenha influência nas decisões de sua investida. Desta forma a participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua controlada, após a aquisição, é reconhecida na demonstração do resultado tendo como contrapartida o custo do investimento. As movimentações acumuladas pós-aquisição são ajustadas contra o custo do investimento. Ganhos não realizados em transações entre a Companhia e sua controlada são eliminados na participação da Companhia. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido.

3.11 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) - Os testes de *impairment* sobre o ágio com vida útil econômica indefinida são anualmente testados no encerramento do exercício. Para os outros ativos não financeiros a Companhia analisa periodicamente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) derivado do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. A análise do valor recuperável é realizada por unidade de negócio, que é a menor unidade geradora de caixa possível para a identificação dos fluxos de caixa.

3.12 Resultado por ação - De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. A Companhia não possui instrumentos que não tenham sido incluídos no cálculo do lucro por ação por serem antidilutivos.

Lucro Básico	Controladora	
	31/12/19	31/12/18
Numerador Básico		
Resultado Líquido do exercício disponível para as ações ordinárias e preferenciais		
Resultado líquido do exercício para as ações ordinárias	34.457	(2.719)
Denominador Básico		
Média ponderada das ações deduzindo a média das ações em tesouraria		
Ações Ordinárias	128	128
Lucro/(Prejuízo) por ação (em R\$) - Básico	269,20	(21,24)
Lucro Diluído	Controladora	
	31/12/19	31/12/18
Numerador Diluído		
Resultado Líquido do exercício disponível para as ações ordinárias e preferenciais		
Resultado líquido do exercício para as ações preferenciais	0	0
Mais:		
Ajuste ao resultado líquido do exercício disponível para as ações preferenciais considerando o potencial incremento nas ações preferenciais.	0	0
Resultado líquido do exercício para as ações ordinárias	34.457	(2.719)
Menos:		
Ajuste ao resultado líquido do exercício disponível para as ações preferenciais considerando o potencial incremento nas ações preferenciais.	0	0
	34.457	(2.719)
Denominador Diluído		
Média ponderada das ações		
Ações Ordinárias	128	128
Ações Preferenciais	0	0
Lucro/(Prejuízo) por ação (em R\$) - Diluído (ações ordinárias e preferenciais)	269,20	(21,24)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Caixa e Bancos	474	2.798	618	2.802
Aplicações financeiras	1	1	4	4
Total	475	2.799	622	2.806

5. Contas a receber de clientes

Controladora	Circulante		Não Circulante	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Clientes nacionais	10.179	8.753	-	-
Clientes internacionais	1.389	686	-	-
Duplicatas Descontadas	501	-	-	-
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(6.088)	(3.547)	-	-
	5.981	5.892	-	-
Clientes relacionados com operações de vendedor e factoring	1.442	1.443	-	-
Total	7.423	7.335	-	-

Consolidado	Circulante		Não Circulante	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Clientes nacionais	9.827	9.905	-	-
Clientes internacionais	1.389	687	-	-
Duplicatas Descontadas	825	-	-	-
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(7.078)	(4.682)	-	-
	4.963	5.910	-	-
Clientes relacionados com operações de vendedor e factoring	1.533	1.532	-	-
Total	6.496	7.442	-	-

As movimentações das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa ocorreram da seguinte forma nas demonstrações financeiras:

<u>Movimentação da PECLD</u>	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Saldo Inicial	(3.547)	(3.491)	(4.682)	(4.627)
Constituição de perdas	(2.704)	(113)	(2.704)	(113)
Reversão	163	57	308	58
Saldo Final	(6.088)	(3.547)	(7.078)	(4.682)

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Produtos acabados	4.516	3.777	4.516	3.776
Matéria-prima	4.490	3.722	4.935	3.722
Material de embalagem	361	342	361	342
Mercadoria em poder de terceiros	50	48	50	270
Estoque em processo	1.586	265	1.586	265
Outros estoques	555	469	555	469
Ajuste ao valor realizável líquido	(275)	(275)	(275)	(275)
Total	11.283	8.348	11.728	8.569

7. Impostos a recuperar

Controladora	Circulante		Não circulante	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
IPI a recuperar	-	-	51	781
ICMS a recuperar	453	331	-	-
IRRF a recuperar	-	4	-	-
PIS a recuperar	84	222	6	146
COFINS a recuperar	411	1.003	442	2.813
IRPJ diferido s/prejuízo fiscal	-	-	-	6.424
CSLL diferido s/base negativa	-	-	-	2.313
IRPJ estimado	-	-	-	136
Outros Impostos	-	2	-	-
ICMS s/ativo permanente	23	20	-	-
Total	971	1.582	499	12.613

Consolidado	Circulante		Não circulante	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
IPI a recuperar	-	-	51	781
ICMS a recuperar	1.348	1.171	62	72
IRRF a recuperar	1.158	1.163	-	-
PIS a recuperar	448	666	6	146
COFINS a recuperar	1.976	2.927	442	2.813
CSLL a recuperar	216	217	-	-
IRPJ estimado	-	-	-	136
IRPJ diferido s/prejuízo fiscal	-	-	-	8.552
CSLL diferido s/base negativa	-	-	-	3.079
Deposito Judicial COFINS	-	-	2.968	1.140
Deposito Judicial PIS	-	-	645	247
ICMS s/ativo permanente	24	66	-	-
PIS e COFINS s/ativo permanente	-	32	-	-
Total	5.170	6.242	4.174	16.966

8. Imobilizado

Controladora	31/12/19			31/12/18
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	3.591	(3.213)	378	331
Móveis e utensílios	664	(579)	85	85
Computadores e periféricos	490	(391)	99	78
Veículos	201	(201)	-	-
Benfeitoria em imóveis de 3ºs	596	(103)	493	503
Impairment	(111)	-	(111)	(111)
Total imobilizado	5.431	(4.487)	944	886

Consolidado	31/12/19			31/12/18
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	3.318	-	3.318	3.318
Construções	3.486	(1.521)	1.965	2.100
Máquinas e equipamentos	15.357	(10.176)	5.181	5.288
Móveis e utensílios	1.319	(1.068)	251	285
Computadores e periféricos	948	(810)	138	119
Veículos	206	(206)	-	-
Instalações industriais	2.398	(1.839)	559	608
Benfeitoria em imóveis de 3ºs	609	(105)	504	515
Impairment	(111)	-	(111)	(111)
Total imobilizado	27.530	(15.725)	11.805	12.122

9. Intangível

Controladora	Taxa Amortização	31/12/19			31/12/18
		Custo original	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Outros Ativos intangíveis:					
Softwares	20%	233	(189)	44	22
Outros	10%	8	-	8	9
Total		241	(189)	52	31

Consolidado	Taxa Amortização	31/12/19			31/12/18
		Custo original	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Outros Ativos intangíveis:					
Softwares	20%	653	(587)	66	46
Ágio - Nota 10		12.828	-	12.828	12.828
Outros	10%	17	-	17	17
Total		13.498	(587)	12.911	12.891

10. Investimento em Controlada

<u>Origem:</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Avaliados por equivalência patrimonial	18.197	(186)
Ágio por rentabilidade futura	12.828	12.828
Soma	31.025	12.642
Outros investimentos	20	-
Total	31.045	12.642

O ágio contábil por expectativa de rentabilidade futura foi apurado na aquisição da controlada em 30/04/2012, cujo montante foi de R\$ 12.828, o qual não é amortizado, e se sujeita a teste anual de recuperabilidade em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a base sobre qual o valor recuperável tenha sido determinado é o Valor em Uso e o cálculo realizado pela administração foi baseado na projeção dos resultados para os próximos 10 anos. A projeção de crescimento foi baseada nas demonstrações contábeis encerradas nos últimos 3 anos (2017 a 2019). A receita foi projetada utilizando uma projeção de crescimento médio de 3,9% ao ano. A projeção considerou as receitas advindas das unidades de negócio que geraram o ágio. Os cálculos foram feitos por pessoa especializada da administração, de forma interna. Os impostos, custos, despesas e impostos de renda foram proporcionais ao crescimento da receita.

A taxa de crescimento está de acordo com a estimativa de crescimento do setor em que a companhia atua. A taxa de desconto utilizada pela administração foi o custo médio ponderado do capital, ou WACC de 18,44%, em 31/12/19.

Os saldos da controlada e sua movimentação estão assim demonstrados:

<u>Controlada: Quirios Produtos Químicos Ltda.</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Participação	100%	100%
Total do ativo circulante	6.905	6.072
Total do ativo não circulante	33.588	34.631
Total do passivo circulante	7.775	5.386
Total do passivo não circulante	14.521	35.503
Patrimônio líquido	18.197	(186)
Receita líquida	6.797	2.619
Resultado do exercício	18.383	(2.981)

Movimentação do Investimento	31/12/19	31/12/18
Participação	100%	100%
Saldo inicial	12.642	15.336
Equivalência patrimonial - sobre o resultado	18.383	(2.981)
Equivalência patrimonial - acréscimo patrimonial	-	287
Saldo final	31.025	12.642

11. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Fornecedores nacionais	2.903	1.406	3.768	1.921
Fornecedores internacionais	2.596	2.151	3.239	2.633
(-) Prov P/ Ajuste Valor Presente (a)	(1.737)	-	(3.079)	-
Juros fornecedores nacionais	1.001	724	1.812	1.375
Juros fornecedores internacionais	1.655	778	3.741	1.758
Total circulante	6.418	5.059	9.481	7.687
Fornecedores nacionais	8.883	8.883	10.959	10.959
Fornecedores internacionais	23.901	23.901	46.615	46.614
(-) Prov P/ Ajuste Valor Presente (a)	(27.800)	-	(49.255)	-
Juros fornecedores internacionais	3.976	3.074	7.208	5.451
Total não circulante	8.960	35.858	15.527	63.024
Total geral	15.378	41.917	25.008	70.711

- (a) Os créditos dos fornecedores incluídos no Plano de Recuperação Extrajudicial foram homologados e serão pagos em 17 (dezessete) parcelas anuais; o total do crédito foi ajustado a valor presente considerando a taxa de desconto de 14% a.a. que é correspondente às taxas de empréstimo usadas pelo mercado, foi reconhecido em 31 de dezembro de 2019 os valores de R\$ 29.537 na controladora e R\$ 22.797 na controlada.

12. Empréstimos e financiamentos

Controladora					
Instituição financeira	Modalidade	Garantia	Vencimento	31/12/19	31/12/18
Banco Itaú	Capital de giro	Recebíveis	mai/22	325	244
Banco do Brasil - Financiamentos	Capital de giro	Recebíveis	jan/36	24	24
Banco Safra	Capital de giro	Recebíveis	out/20	321	179
Banco Banrisul	Capital de giro	Recebíveis	set/24	22	22
Banco Brasil	Vendor	Recebíveis	jan/36	219	1.461
Banco Santander	Capital de giro	Recebíveis	mai/20	-	549
Banco Duplicatas Descontadas	Capital de giro	Recebíveis	dez/20	501	-
Total circulante				1.412	2.479
Banco Banrisul	Capital de giro	Recebíveis	set/24	83	103
Banco Itaú	Capital de giro	Recebíveis	mai/22	461	590
Banco Santander	Capital de giro	Recebíveis	mai/20	-	229
Banco Safra	Capital de giro	Recebíveis	out/20	-	320
Banco do Brasil - Financiamentos	Capital de giro	Recebíveis	jan/36	1.624	382
Total não circulante				2.168	1.624
Total geral				3.580	4.103
Consolidado					
Instituição financeira	Modalidade	Garantia	Vencimento	31/12/19	31/12/18
Banco Itaú	Capital de giro	Recebíveis/Estoques	mai/22	325	244
Banco do Brasil - Financiamentos	Capital de giro	Recebíveis	jan/36	45	45
Banco Safra	Capital de giro	Fiança Bancária	out/20	321	179
Banco Santander	Capital de giro	Aval	set/22	867	669
Banco Banrisul	Capital de giro	Recebíveis	set/24	111	109
CCB Brasil	Finep	Fiança Bancária	out/24	668	670
Banco do Brasil	Vendor	Recebíveis	jan/36	229	1.471
Banco Duplicatas Descontadas				825	-
Banco do Brasil	ACC	Aval	jan/36	159	94
Banco Santander	Capital de giro	Recebíveis	mai/20	-	550
Total circulante				3.550	4.031
Banco Banrisul	Capital de giro	Recebíveis	set/24	416	519
CCB Brasil	Finep	Fiança Bancária	out/24	1.493	1.330
Banco Itaú	Capital de giro	Recebíveis	mai/22	461	590
Banco Santander	Capital de giro	Aval	set/22	2.437	2.835
Banco Santander	Capital de giro	Recebíveis	mai/20	-	229
Banco do Brasil - Financiamentos	Capital de giro	Recebíveis	jan/36	3.607	2.365
Banco Safra	Capital de giro	Recebíveis	out/20	-	320
Total não circulante				8.414	8.188
Total geral				11.964	12.219

As taxas dos empréstimos e financiamentos acima contratados são as utilizadas pelo mercado.

As contas caução são vinculadas aos empréstimos que são garantidos por duplicatas. O saldo corresponde aos valores recebidos de duplicatas que ainda não foram transferidos para a conta movimento.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
2020	-	948	-	1.960
2021	464	613	2.684	1.625
2022	85	63	2.374	4.603
2023 a 2036	1.619	-	3.356	-
Total	2.168	1.624	8.414	8.188

13. Obrigações trabalhistas, provisões e encargos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
INSS a recolher	135	128	135	128
FGTS a recolher	43	224	43	224
Prov. Trabalhistas (Férias)	628	460	628	460
IRRF	28	24	28	24
Remuneração dos empregados	71	-	71	-
Remuneração administradores	0	1.353	0	1.353
Outras	5	20	5	20
Total	910	2.209	910	2.209

14. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Circulante				
ICMS - parcelamento	573	524	656	607
(-) Juros a Incurrir - ICMS	(117)	(79)	(167)	(122)
IRRF a Recolher	1	1	2	1
INSS Retido	28	24	28	25
Provisão IRPJ	-	95	-	95
Provisão CSLL	-	40	-	40
COFINS a Recolher	-	-	407	406
PIS a Recolher	-	-	88	88
Parcelamento - Outros Débitos	45	-	45	-
Outros Tributos	10	6	12	8
Total Circulante	540	611	1.071	1.148

Não circulante

ICMS - parcelamento	792	1.020	1.202	1.514
(-) Juros a Incurrer - ICMS	(283)	(346)	(591)	(703)
Parcelamento - Outros Débitos	136	-	136	-
Total não circulante	645	674	747	811
Total	1.185	1.285	1.818	1.959

15. Provisões para riscos fiscais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Natureza da contingência:				
Trabalhista	826	972	826	972
Fiscal	174	428	265	343
Cível	161	161	161	336
Total	1.161	1.561	1.252	1.651

Os processos com probabilidade de perda possível estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Contingências trabalhistas	2.983	1.192	719	1.192
Contingências cíveis	826	826	826	957
Contingências fiscais	38	38	38	38
Total	3.847	2.056	1.583	2.187

16. Encargos tributários sobre ajuste de avaliação patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
IR diferido s/o ajuste de avaliação patrimonial	-	8	1.114	1.145
CS diferido s/o ajuste de avaliação patrimonial	-	3	401	412
Total	-	11	1.515	1.557

17. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2019, totalmente integralizado, é representado por 127.944 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuído:

	31/12/19	31/12/18
Controladores	95.700	95.820
Mercado	32.014	32.014
Outros	110	110
Total	127.944	127.944

18. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Receita operacional bruta de vendas				
Receitas de vendas de produtos				
Mercado Interno	65.300	56.310	66.559	57.771
Mercado Externo	12.529	4.785	12.821	4.786
	77.829	61.095	79.380	62.557
Deduções de vendas				
Devoluções e descontos	(5.189)	(2.417)	(6.119)	(3.073)
Impostos sobre as vendas	(9.822)	(8.295)	(9.839)	(8.453)
	(15.011)	(10.712)	(15.958)	(11.526)
Receita operacional líquida	62.818	50.383	63.422	51.031

19. Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Despesas com pessoal	1.078	865	1.082	865
Despesas com viagens e veículos	214	224	214	224
Despesas com aluguel	449	406	449	413
Serviços prestados por terceiros	522	495	522	623
Despesas com PCLD	2.704	113	2.704	113
Comissões	831	559	832	559
Frete	1.139	867	1.178	878
Outras despesas com vendas	652	688	669	721
Total	7.589	4.216	7.650	4.395

20. Informações por segmento

A administração da Companhia não utiliza para tomada de decisão a análise gerencial por linha de segmento. A atual gestão utiliza para avaliação do desempenho e alocação de recursos uma única linha de produtos.

21. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Despesas com pessoal	1.628	1.413	1.628	1.413
Depreciação e amortização	51	48	411	518
Despesas com impostos e taxas	401	177	535	193
Serviços prestados por terceiros	1.331	80	1.421	80
Outras despesas administrativas	540	1.422	755	1.469
Total	3.951	3.139	4.750	3.673

22. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Variações monetárias ativas	2.288	3.083	3.160	3.866
Ajuste a valor presente (a)	29.537	66	52.334	66
Juros recebidos	231	227	2.564	317
Receitas de aplicações financeiras	2	-	2	-
Outras receitas financeiras	12	8	12	8
Total das receitas financeiras	32.070	3.384	58.072	4.257
Juros incorridos s/ empréstimos, financiamentos e fornecedores	(6.001)	(2.848)	(9.064)	(5.307)
Variações monetárias passivas	(2.680)	(3.773)	(3.727)	(5.129)
Despesas bancárias	(89)	(98)	(114)	(133)
Total das despesas financeiras	(8.770)	(6.719)	(12.905)	(10.569)
Resultado financeiro líquido	23.300	(3.335)	45.167	(6.312)

(a) Ajuste a valor presente: valores conforme nota explicativa 11.

23. Partes relacionadas

Controladora	31/12/19	31/12/18
Ativo circulante		
Dividendos (a)	147	147
Cliente - Quirios Produtos Químicos Ltda. - (b)	1.503	407
Passivo circulante		
Fornecedores - Armazéns Gerais São Silvestre Ltda. (e)	152	76
Passivo não circulante		
Contrato de mútuo - Quirios Produtos Químicos Ltda. (c)	18.363	18.363
Resultado dos exercícios findos		
Vendas de produtos acabados - Quirios Produtos Químicos Ltda.	4.670	1.908
Consolidado	31/12/19	31/12/18
Ativo não circulante		
Controni Agropecuária S/A (d)	656	551

(a) Dividendos a receber da controlada Quirios, subsidiária integral, decorrente do lucro de 2012, sem taxa de juros. O prazo para a realização é indeterminado.

(b) A Companhia realizou compras de matérias-primas com a Controlada de R\$ 3.653 (R\$ 800 em dezembro de 2018 – ao preço de custo) e realizou vendas à Controlada de R\$ 4.670 (R\$ 1.908 em dezembro de 2018).

- (c) Os contratos de mútuo realizados com pessoa jurídica relacionada têm prazo indeterminado e foram atualizados pela variação do CDI + 1% a.m. até dezembro de 2017.
- (d) Refere-se ao contrato de mútuo firmado entre a sociedade controlada Quirios Produtos Químicos Ltda. e a Controni Agropecuária e Participações Ltda. anteriormente à incorporação de ações em abril de 2012. O valor registrado no grupo ativo não circulante representava, na data da incorporação, aluguéis pagos antecipadamente pela Quirios para a Controni. Os valores antecipados foram convertidos em mútuos. Os contratos de mútuo são remunerados pela variação do CDI + 1% a.m. O total de juros reconhecido em dezembro de 2019 foi de R\$ 105 (R\$ 90 em dezembro de 2018).
- (e) O contrato de locação não residencial realizado com pessoa jurídica relacionada em janeiro de 2014 tem prazo de 30 meses e é atualizado anualmente pelo INPC.

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se encontram integralmente registrados em contas patrimoniais. Essas operações destinam-se a atender às necessidades quanto à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à captação de recursos necessários para a manutenção do capital de giro e o suprimento do seu plano de investimentos.

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras), do saldo a receber de clientes e do passivo circulante aproxima-se do saldo contábil em razão de o vencimento ocorrer em data próxima à do balanço. O saldo dos financiamentos é atualizado monetariamente com base em taxas de juros variáveis, em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor existente na data do balanço está próximo ao valor de mercado.

Gerenciamento de risco

A Companhia possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, riscos de liquidez, riscos de mercado e riscos relacionados à Companhia e suas operações.

Gerenciamento dos riscos de crédito

A exposição aos riscos de crédito pode fazer a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A mitigação desses riscos ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de clientes, ações de cobrança e corte no fornecimento de novos produtos. Em caso de perdas com

créditos de liquidação duvidosa, são constituídas provisões em montantes considerados suficientes pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com a realização.

A Companhia não divulga os cronogramas para instrumentos financeiros derivativos passivos por não ter esse tipo de instrumento reconhecido nas demonstrações financeiras.

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos na variação do dólar e CDI, aos quais a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2018, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% a 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação à exposição líquida em moeda estrangeira (fornecedores internacionais) e possíveis alterações de 25% e 50% sobre a taxa do CDI em virtude à exposição dos empréstimos e financiamentos.

Fornecedores Internacionais

Controladora

Operação	Risco	Cenário I (atual) ganho (perda) no resultado	Cenário II Aumento do dólar de 25%	Cenário III Aumento do dólar de 50%
	Variação cambial			
Fornecedores		(392)	(100)	(200)

Consolidado

Operação	Risco	Cenário I (atual) ganho (perda) no resultado	Cenário II Aumento do dólar de 25%	Cenário III Aumento do dólar de 50%
	Variação cambial			
Fornecedores		(568)	(137)	(273)

Empréstimos

	Controladora	Consolidado
	31/12/19	31/12/19
Saldo Empréstimo - nota 12	3.580	11.964
Perda estimada no resultado financeiro com aumento CDI:		
Aumento de 25% do CDI	41	139
Aumento de 50% do CDI	50	167

25. Remuneração dos administradores

A remuneração total dos diretores estatutários da Companhia está composta por remuneração fixa, que inclui ordenados, salários e contribuições para a seguridade social. No exercício findo

em 31/12/2019 a remuneração total foi de R\$ 260 (R\$ 258 no exercício de 2018). Durante os exercícios de 2019 e 2018 não houve remuneração vinculada a benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

26. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia possui apólices de seguros para cobertura de riscos patrimoniais e de veículos com a Itaú Seguros S/A. Os montantes foram considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria anual, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

27. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com o relatório dos auditores independentes (JPPS Auditores Independentes S/S), emitido em 27/03/2020 e com as informações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

28. Eventos Subsequentes

A Companhia, em observância ao Ofício-Circular/ CVM/SNC/SEP/nº 02/20 que orienta quanto aos impactos do COVID-19 (Coronavírus) nos negócios das Companhias, esclarece que vem tomando providências no sentido de preservar a saúde de seus colaboradores e a continuidade dos seus negócios e, para tanto, está adotando as determinações e orientações dos poderes públicos (federal, estadual e municipal), bem como iniciativas próprias conforme as especificidades inerentes às suas atividades, por outro lado esclarece também que, tendo em vista as incertezas na economia nacional e global, no momento não é possível fazer qualquer estimativa dos impactos e riscos em seus negócios, bem como estimativas contábeis nos resultados em 31 de dezembro de 2019. Por outro lado, vem acompanhando atentamente os acontecimentos e tomando as providências necessárias para reduzir os impactos e riscos no futuro e divulgará sempre que necessário.

Ricardo Lessa Pansa

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Aureliano Francisco de Oliveira

Contador CRC SP – 116.588/O-4